

12 DE SETEMBRO, DIA DA DEMOCRACIA

A democracia não é um mármore imóvel: é um organismo vivo que respira, range, melhora, se corrige e, às vezes, grita. No calendário, a data parece comum — uma sexta-feira qualquer, sem fogos nem efemérides oficiais. Mas é justamente nesses dias prosaicos que ela prova sua musculatura. Não no espetáculo das grandes posses, mas no labor silencioso dos despachos, no zelo dos mesários, no latido distante de um cachorro numa rua onde alguém, ainda anônimo, costura com argumentos a bainha da República.

Sei que muita gente espera da democracia um clarão redentor, um golpe de luz que, de súbito, revele a verdade e cale os cínicos. A democracia, no entanto, é obstinada em seu modo humilde de vencer: não por epifanias, mas por procedimentos. “Procedimento” — que palavra feia, dirá alguém; e, no entanto, que beleza: fila, contraditório, voto, assinatura, ata, recurso, acórdão, prestação de contas. É assim que se erguem diques contra as cheias do arbítrio: com concreto que se chama regra e ferragem que se chama instituição.

No dia 12, uma sentença virá, um julgamento avançará, um relatório será lido, e haverá quem proclame o fim do mundo e quem celebre a salvação. Haverá hashtags que queimam como fósforos: acendem rápido, apagam mais rápido ainda, e deixam somente o cheiro de enxofre no ar. Mas a democracia não trabalha para as tendências; trabalha para o tempo longo. O trending topic dela é o século.

Recordo — e não é mero capricho de cronista — que nossa história é um rosário de fraturas e suturas. Quando se pensou que o país sucumbia, o país respirou; quando se supôs que um punhado de bravos resolveria tudo na marra, descobrimos que bravura sem lei é só barulho. Já nos prometeram “ordem” como quem vende sonífero estragado; já nos ofereceram “liberdade” como quem entrega uma garrafa sem rótulo. E, no entanto, sobrevivemos, porque aprendemos — com custo, com dor, com tempo — que liberdade e ordem são irmãs siamesas unidas pelo nome mais discreto e mais poderoso de nossa vida civil: Constituição.

Penso na Carta de 88 como uma casa com muitas janelas abertas. Há correntes de ar, há portas que batem, há um quadro torto que ninguém conserta, há uma infiltração insistente no teto da sala. Mas é casa. E, se é casa, comporta a prosa das manhãs: café coando, jornal dobrado, criança correndo, gente conversando alto demais e, sobretudo, a dignidade de poder entrar e sair pela porta da frente. A democracia é isso: entrar pela porta da frente. Quem aprende a viver nela precisa aceitar o incômodo de ouvir o outro, aquele outro que nos contraria e, apesar disso, mantém o mesmo direito de palavra. É exaustivo — e é civilização.

No dia 12, quando os discursos inflamados ecoarem, será bom lembrar que os tribunais não salvam sozinhos, os parlamentos não salvam sozinhos, a imprensa não salva sozinha, as ruas não salvam sozinhas. É a teia — às vezes áspera — entre tudo isso que impede o tombo. Não são anjos que presidem sessões; são pessoas, com sono, com cansaço, com idiossincrasias, tentando ser maiores do que elas mesmas por algumas horas. E, se falham, recorremos; e, se exageram, ponderamos; e, se se omitem, cobramos. Em vez do herói único, o coro; em vez do raio, a chuva teimosa.

Hannah Arendt nos ensinou que a política é o espaço da aparição: é onde nos mostramos uns aos outros e respondemos uns pelos outros. É por isso que a mentira organizada — a que se espalha em memes bem diagramados, em vídeos cortados com malícia — é tão perigosa: ela falsifica a aparição. Mas, se a aparência pode ser capturada por um instante, a realidade social — aquele tecido nervoso de instituições e vidas concretas — resiste como couro curtido. E esse couro não se corta com tesouras de retórica.

Vai haver quem, no dia 12, deseje humilhar. E vai haver quem deseje humilhar os humilhadores. A democracia não precisa disso. O que ela precisa — e isso é escandalosamente pouco para quem só crê em épicos — é de paciência, vigilância e trabalho. Não pedir de joelhos, mas exigir de pé: transparência, lisura, respeito aos ritos. Numa palavra: decência. Tocqueville, que nos advertiu tanto sobre a tirania da maioria, certamente sorriria diante de uma coletividade que, sabendo que pode tudo, escolhe deliberadamente não poder tudo, porque sabe que quem pode tudo, destrói o chão de que precisa para caminhar.

Eu gostaria que, neste 12 de setembro, a gente tivesse o gesto mais revolucionário possível para tempos históricos: respirar. Respirar e ler. Respirar e verificar. Respirar e ouvir o argumento contrário sem imediatamente convertê-lo em inimigo. Respirar e distinguir a crítica da destruição, a divergência do ódio, o tribuno do oportunista. Respirar e, se for o caso, perder — porque perder dentro das regras é um investimento de longo prazo na preservação das regras que um dia garantirão nossa vitória legítima.

E, claro, haverá quem diga que tudo é “conluio”, “armação”, “censura”, “perseguição” — as palavras grandes que tentam esconder as pequenas fraudes de todos os dias. O antídoto é modesto: documento, data, assinatura, contraditório, publicidade dos atos, imprensa livre, pesquisa séria, alfabetização midiática, e a coragem de dizer “não sei” quando não sabemos. A ignorância convicta é uma forma de tirania; a dúvida diligente é cidadania.

Se eu pudesse escolher uma imagem para este 12 de setembro, escolheria a de um servidor público anônimo conferindo, pela sexta vez, um número de protocolo; a de uma mesária ajustando o colégio eleitoral às seis da manhã; a de um repórter

conferindo, com três fontes, a mesma informação; a de um professor explicando a um aluno o que significa um direito fundamental. Democracia é feita de gente que não aparece na foto final — e é por isso que a foto final presta.

Ao cair da tarde, quando a retórica já tiver colecionado seus exageros de praxe, que possamos, quem sabe, abrir um vinho honesto, brindar com serenidade e lembrar que a força da democracia não está no grito do vencedor, mas no silêncio com que o derrotado aceita o pacto, guarda seus cartazes e volta, inteiro, para a disputa seguinte. É esse retorno — e não a vitória ocasional — que define as nações adultas.

No dia 12 de setembro, veremos que a democracia é mais forte — não porque não treme, mas porque aprende. E nós com ela. Entre tropeços e correções, entre a dura realidade e o horizonte que insistimos em chamar de país, seguimos. Como quem sabe que a liberdade, para não se desmanchar no ar, precisa do tijolo do procedimento e da argamassa do respeito. E, se isso parece pouco para os amantes da pirotecnia, é suficiente para os construtores.

Caminhemos. A data é só uma dobra no tempo; a tarefa é de todos os dias. E, como toda tarefa humana, começa com um gesto simples: reconhecer no outro alguém com igual direito de existir, falar e decidir. O resto — todo o resto — é barulho que o tempo desfaz.